

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

2400000224_SA_04DI2024

CADERNO DE ENCARGOS

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Universidade de Lisboa - Serviços Centrais (ULisboa)	510 739 024	Luís Manuel dos Anjos Ferreira	Reitor	Autorizo,
Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (SASULisboa)	510 762 980	Paulo Farmhouse Alberto	Vice-Reitor	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAULisboa)	502 784 083	Carlos Dias Coelho	Presidente	Autorizo,
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (FBAULisboa)	504 035 541	António de Sousa Dias de Macêdo	Presidente	Autorizo,
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCULisboa)	502 618 418	Luís Manuel Afonso Carriço	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDULisboa)	502 736 208	Eduardo Vera-Cruz Pinto	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFULisboa)	502 659 807	Maria Beatriz Lima	Diretora	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLULisboa)	502 657 456	Hermenegildo Fernandes	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMULisboa)	502 662 875	João Eurico Cortez Cabral da Fonseca	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa (FMDULisboa)	503 013 366	João Manuel Mendes Caramês	Diretor	Autorizo,
Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMVULisboa)	502 286 326	Rui Manuel Vasconcelos e Horta Caldeira	Presidente	Autorizo,
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa (FMHULisboa)	501 621 288	Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha	Presidente	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPULisboa)	600 083 861	Telmo Mourinho Baptista	Diretor	Autorizo,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICSULisboa)	506 101 347	Marina Costa Lobo	Diretor	
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEULisboa)	600 083 853	Luís Miguel de Figueiredo Silva de Carvalho	Diretor	Autorizo,
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOTULisboa)	508 955 645	Mário Adriano Ferreira do Vale	Presidente	Autorizo,
Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISAULisboa)	505 869 721	António José Guerreiro de Brito	Presidente	Autorizo,

Entidades Adjudicantes	NIF	Órgão competente para a decisão de contratar	Cargo	Assinatura
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa)	600 019 152	Ricardo João Magro Ramos Pinto	Presidente	Autorizo,
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEGULisboa)	502488603	João Luís Correia Duque	Presidente	Autorizo,
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (ISTULisboa)	501 507 930	Rogério Anacleto Cordeiro Colaço	Presidente	Autorizo,

Índice

CAPÍTULO I - Cláusulas Jurídicas	8
Cláusula 1.ª - Objeto Contratual	8
Cláusula 2.ª - Contrato.....	8
Cláusula 3.ª - Duração do contrato.....	9
Cláusula 4.ª – Local de prestação de serviços.....	10
CAPÍTULO II - Obrigações das partes	11
SECÇÃO I - Obrigações do adjudicatário	11
Cláusula 5.ª - Obrigações do adjudicatário	11
Cláusula 6.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços	12
Cláusula 7.ª - Conformidade e garantia técnica.....	13
Cláusula 8.ª - Confidencialidade	14
SECÇÃO II - Obrigações das entidades adjudicantes.....	14
Cláusula 9.ª - Preço contratual	14
Cláusula 10.ª - Preço base unitário	21
Cláusula 11.ª – Financiamento ao equipamento	23
Cláusula 12.ª - Condições de pagamento	24
SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização do contrato.....	25
Cláusula 13.ª - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	25
CAPÍTULO III - Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato	25
Cláusula 14.ª - Modificação objetiva do contrato.....	25
Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário.....	26
Cláusula 16.ª - Penalidades.....	26
Cláusula 17.ª - Força maior.....	27
Cláusula 18.ª - Resolução do contrato por parte de cada entidade adjudicante.....	28
Cláusula 19.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário	28
Cláusula 20.ª - Execução da caução.....	29
CAPÍTULO IV - Disposições finais	29
Cláusula 21.ª - Deveres de informação.....	29
Cláusula 22.ª - Comunicações.....	29
Cláusula 23.ª - Reprodução de documentação.....	29
Cláusula 24.ª - Foro competente	30
Cláusula 25.ª - Direito aplicável e natureza do contrato.....	30
Cláusula 26.ª - Contagem dos prazos	30

CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas	30
Cláusula 27. ^a - Especificações Técnicas	30
Cláusula 28. ^a - Anexos	30

CAPÍTULO I - Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª - Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados para as Escolas/UO (Unidades Orgânicas) da Universidade de Lisboa (ULisboa).
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Programa de Concurso e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação objeto e que serão incluídos nos contratos a celebrar.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O presente procedimento visa garantir a prestação dos serviços de comunicações móveis de voz e dados, a serem contratados pelo agrupamento de entidades adjudicantes da Universidade de Lisboa (ULisboa), permitindo que as comunicações entre as pessoas que trabalham na ULisboa e possibilitando eliminar os custos das comunicações móveis entre si, bem como diminuir os custos das comunicações para outras redes móveis de voz e dados.
2. No presente procedimento escolheu-se pela não contratação por lotes porque existe vantagem significativas da totalidade dos números de cartão ativos na Universidade de Lisboa integrarem uma mesma VPN de comunicações móveis de voz e dados, eliminando assim, os custos intra-conta, o que poderia não suceder caso a adjudicação fosse efetuada por lotes.
3. Os contratos serão compostos pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, e serão reduzidos a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Os contratos integrarão ainda os seguintes elementos:
 - a) os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelos órgãos competentes para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual.

5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
6. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 do presente artigo.

Cláusula 3.ª - Duração do contrato

1. Os contratos terão início na data de assinatura e a duração de 24 meses após a ativação dos serviços de comunicações móveis de voz e dados que terão de correr nas seguintes datas, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do contrato:

Entidades Adjudicantes	Data início do contrato
Faculdade de Arquitetura (FAULisboa)	12/12/2024
Faculdade de Belas Artes (FBAULisboa)	07/12/2024
Faculdade de Ciências (FCULisboa)	01/10/2024
Faculdade de Direito (FDULisboa)	01/10/2024
Faculdade de Farmácia (FFULisboa)	17/12/2024
Faculdade de Letras (FLULisboa)	01/10/2024
Faculdade de Medicina (FMULisboa)	01/10/2024
Faculdade de Medicina Dentária (FMDULisboa)	01/10/2024
Faculdade de Medicina Veterinária (FMVULisboa)	01/10/2024
Faculdade de Motricidade Humana (FMHULisboa)	01/09/2024
Faculdade de Psicologia (FPULisboa)	01/10/2024
Instituto de Ciências Sociais (ICSULisboa)	01/10/2024
Instituto de Educação (IEULisboa)	01/10/2024
Instituto de Geografia Ordenamento Território (IGOTULisboa)	01/01/2025
Instituto Superior de Agronomia (ISAULisboa)	18/11/2024
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa)	21/11/2024
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEGULisboa)	01/09/2024

Entidades Adjudicantes	Data início do contrato
Instituto Superior Técnico (ISTULisboa)	01/10/2024
Serviços Centrais (SCULisboa)	01/10/2024
Serviços de Ação Social (SASULisboa)	01/09/2024

2. Após a assinatura do contrato o adjudicatário terá 30 dias ou até à data de ativação dos serviços previstas no número anterior de proceder ao fornecimento de equipamentos necessários à prestação dos serviços de comunicações móveis de voz e dados, bem como à prestação de todos os atos necessários à efetiva prestação dos serviços de telecomunicações móveis.
3. Ambas as partes de obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

Cláusula 4.ª – Local de prestação de serviços

Os serviços devem ser prestados no local onde se encontram os utilizadores dos serviços através dos meios e de acordo com as condições contratualizados com o prestador, e os equipamentos terminais devem ser colocados à disposição da Escola/UO nas suas instalações, salvo se for indicado local diferente.

- Universidade de Lisboa-Serviços Centrais (ULisboa), Reitoria da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa;
- Serviços de Ação Social (SASULisboa), Edifício Cantina Velha - Cidade Universitária - Avenida Professor Gama Pinto, 1600-192 Lisboa;
- Faculdade de Arquitetura (FAULisboa), Pólo Universitário Alto da Ajuda, Rua Sá Nogueira, 1349-063 Lisboa;
- Faculdade de Belas Artes (FBAULisboa), Largo Academia Nacional de Belas Artes 1249-058 Lisboa;
- Faculdade de Ciências (FCULisboa), Campo Grande, 1749-016 Lisboa;
- Faculdade de Direito (FDULisboa), Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa;
- Faculdade de Farmácia (FFULisboa), Av Prof Gama Pinto, 1649-003 Lisboa;
- Faculdade de Letras (FLULisboa), Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa;
- Faculdade de Medicina (FMULisboa); Av. Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa;

- Faculdade de Medicina Dentária (FMDULisboa), Rua Professora Teresa de Ambrósio, 1600-277 Lisboa;
- Faculdade de Medicina Veterinária (FMVULisboa), Avenida da Universidade Técnica - Pólo da Ajuda - 1300-477 Lisboa;
- Faculdade de Motricidade Humana (FMHULisboa), Estrada da Costa S/N, 1499-002 Cruz Quebrada Dafundo;
- Faculdade de Psicologia (FPULisboa), Alameda da Universidade - Cidade Universitária - 1649-013 Lisboa;
- Instituto de Ciências Sociais (ICSULisboa), Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa;
- Instituto de Educação (IEULisboa), Alameda da Universidade - Cidade Universitária - 1649-013 Lisboa;
- Instituto de Geografia Ordenamento Território (IGOTULisboa), Rua Branca Edmée Marques 1600-276 Lisboa;
- Instituto Superior de Agronomia (ISAULisboa), Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa;
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPULisboa), Rua Almerindo Lessã - Pólo Universitário do Alto da Ajuda 1300-663 Lisboa;
- Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEGULisboa), Rua do Quelhas, 6 1200-781 Lisboa;
- Instituto Superior Técnico (ISTULisboa), Avenida Rovisco Pais, 1 - 1049-001 Lisboa.

CAPÍTULO II - Obrigações das partes

SECÇÃO I - Obrigações do adjudicatário

Cláusula 5.ª - Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:
 - a) Prestação de serviços de comunicações móveis de voz e dados para as Escolas/UO (Unidades Orgânicas) da Universidade de Lisboa (ULisboa) conforme as características e requisitos técnicos estabelecidos no presente caderno de encargos e respetivos anexos;
 - b) Prestação de serviços de comunicações móveis de voz e dados para as Escolas/UO (Unidades Orgânicas) da Universidade de Lisboa (ULisboa) nos prazos estabelecidos no presente caderno de encargos e respetivos anexos;

- c) Prestação de forma correta das informações referentes às condições em que são prestados os serviços, assim como a prestação de todos os esclarecimentos que possam ser solicitados;
 - d) O adjudicatário é responsável perante as entidades adjudicantes por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato a celebrar que existam no momento em que estes lhes sejam prestados;
 - e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, às entidades adjudicantes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com as entidades adjudicantes;
 - f) Comunicar às entidades adjudicantes qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial ou outras informações com relevância para a prestação dos serviços.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1. O adjudicatário obriga-se a prestar às entidades adjudicantes os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A - Especificações Técnicas ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
- 2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, se aplicável.
- 3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a entregar.
- 4. O adjudicatário é responsável perante as entidades adjudicantes por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

Cláusula 7.ª - Conformidade e garantia técnica

1. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues às entidades adjudicantes em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
2. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da execução material do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos e operacionais dos equipamentos em causa, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
3. Durante o prazo de garantia o adjudicatário obriga-se a proceder, imediatamente e por sua conta e risco, às substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os serviços de reparação de todos os defeitos que se verificarem, causados por deficiência de execução ou dos materiais utilizados, ou que se mostrem indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos bens objeto do contrato nas condições previstas.
4. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que as entidades adjudicantes tenham detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, por escrito, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.
5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser iniciadas imediatamente após notificação escrita por parte das entidades adjudicantes e estar concluídas dentro de um prazo razoável fixado pelas entidades adjudicantes e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
6. Se o adjudicatário não respeitar os prazos definidos, as entidades adjudicantes poderão mandar fazer tais reparações, modificações e substituições por conta e risco do adjudicatário, notificando-o para proceder ao respetivo pagamento.
7. A garantia técnica abrange:
 - a) O fornecimento ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

Cláusula 8.ª - Confidencialidade

O adjudicatário fica obrigado ao sigilo e confidencialidade, nomeadamente:

- a) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
- b) O adjudicatário compromete-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pelas entidades adjudicantes, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos seus sistemas de informação, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades, salvo autorização expressa;
- c) O adjudicatário assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer tipo de registo (digital ou em papel) relacionado com os dados analisados e que as entidades adjudicantes considerem de acesso privilegiado;
- d) Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelas entidades adjudicantes ou que este seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades administrativas independentes.

SECÇÃO II - Obrigações das entidades adjudicantes

Cláusula 9.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o preço contratual que as entidades adjudicantes estão dispostas a pagar ao adjudicatário pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar será no máximo de 470.149,10€ (quatrocentos e setenta mil, cento e quarenta e nove euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço contratual global por entidade adjudicante é:

Universidade de Lisboa – Serviços Centrais: 68.292,72€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 62.045,52€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 65.652,72€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 2.640,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Serviços de Ação Social: 14.996,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 13.556,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 13.556,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 840,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 600,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Arquitetura: 5.949,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 5.949,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 5.949,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Belas Artes: 6.678,72€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 0,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:

- Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 6.438,72€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Banda larga: 240,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Ciências: 52.283,52€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 26.431,92€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 52.283,52€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Direito: 7.539,48€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 6.242,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 7.314,48€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 225,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Farmácia: 17.437,92€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 14.437,92€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 14.437,92€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 3.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Letras: 18.631,20€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 18.631,20€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 18.631,20€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Medicina: 56.169,84€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 50.529,84€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 50.529,84€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 5.640,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Medicina Dentária: 5.752,82€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 2.925,84€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 4.777,20€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 487,81€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 487,81€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Medicina Veterinária: 14.339,04€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 12.583,68€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:

- Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 12.583,68€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 1.755,36€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Motricidade Humana: 10.655,28€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 9.755,28€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 9.755,28€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 900,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Faculdade de Psicologia: 2.543,28€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 2.243,28€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 2.243,28€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 300,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto de Ciências Sociais: 5.266,08€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 5.266,08€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 5.266,08€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto de Educação: 1.958,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 1.658,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 1.658,16€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 300,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território: 2.536,56€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 2.536,56€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 2.536,56€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto Superior de Agronomia: 18.033,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 17.265,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 17.265,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 480,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 288,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: 23.119,44€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 23.119,44€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 23.119,44€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto Superior de Economia e Gestão: 21.604,08€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 19.804,08€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 19.804,08€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 1.800,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Instituto Superior Técnico: 116.361,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

- Consumo mínimo:
 - Comunicações de voz e dados (inclui financiamento de novo equipamento): 87.106,80€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
- Consumo máximo:
 - Comunicações de voz e dados (conforme plafond atribuído pela entidade adjudicante; inclui financiamento de novo equipamento): 105.153,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Banda larga: 1.008,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Cartões extra de comunicações de voz e dados dependente do consumo: 10.200,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

3. Cada entidade adjudicante vincula-se ao pagamento do consumo mínimo que corresponde à mensalidade fixa de comunicações de voz e dados com a atribuição de um novo equipamento para cada perfil conforme o financiamento mínimo estabelecido no Anexo A do Caderno de Encargos.

4. Cada entidade adjudicante poderá pagar além do consumo mínimo, referido no número anterior, as comunicações de voz e dados consumidas até ao valor máximo do plafond atribuído pela entidade adjudicante ao respetivo número de telemóvel, o consumo de

banda larga de dados e os consumos associados aos cartões extra de comunicações de voz e dados.

Cláusula 10.^a - Preço base unitário

1. No presente procedimento são submetidos à concorrência os preços base unitários para cada tipologia de serviço a prestar, nomeadamente:

Perfil Chamadas Voz			
Origem	Destino	Minutos	Tarifa Máxima
1 Terminais Ulisboa	Rede Fixa	54 000	0,0070 €
2 Terminais Ulisboa	Prefixos 91, 921 e 929	265 000	0,0070 €
3 Terminais Ulisboa	Prefixo 93	265 000	0,0070 €
4 Terminais Ulisboa	Prefixo 96, 922, 924, 925, 926, 927	450 000	0,0070 €
5 Terminais Ulisboa	Zona 1	1 800	0,0500 €
6 Terminais Ulisboa	Zona 2	360	0,0500 €
7 Terminais Ulisboa	Zona 3	50	0,1800 €
8 Terminais Ulisboa	Resto do Mundo	22	0,3000 €

Perfil SMS			
Origem	Destino	Mensagens	Tarifa Máxima
9 Terminais Ulisboa	Prefixos 91, 921 e 929	34 000	0,0070 €
10 Terminais Ulisboa	Prefixo 93	33 000	0,0070 €
11 Terminais Ulisboa	Prefixo 96, 922, 924, 925, 926, 927	68 000	0,0070 €
12 Terminais Ulisboa	Rede Fixa	1 900	0,0070 €
13 Terminais Ulisboa	Redes Internacionais	725	0,0800 €

Perfil MMS			
Origem	Destino	Mensagens	Tarifa Máxima
14 Terminais Ulisboa	Prefixos 91, 921 e 929	19	0,1500 €
15 Terminais Ulisboa	Prefixo 93	16	0,1500 €
16 Terminais Ulisboa	Prefixo 96, 922, 924, 925, 926, 927	9	0,1500 €
17 Terminais Ulisboa	Redes Internacionais	1	0,3500 €

Roaming Voz (chamadas efectuadas)			
Origem	Destino	Minutos	Tarifa Máxima
18 Roaming Zona 1	-	11 000	0,0070 €
22 Roaming Zona 2	-	180	0,7000 €
26 Roaming Zona 3	-	11	1,0000 €
30 Resto do Mundo	-	1	2,0000 €

Roaming Voz (chamadas recebidas)			
Origem	Destino	Minutos	Tarifa Máxima
19 Todas as origens	Roaming Zona 1	7 000	0,0070 €
23 Todas as origens	Roaming Zona 2	270	0,2000 €
27 Todas as origens	Roaming Zona 3	4	0,3000 €
31 Todas as origens	Resto do Mundo	2	0,7000 €

Roaming (SMS enviados e recebidas)			
Origem	Destino	Mensagens	Tarifa Máxima
20 Roaming Zona 1	Todos os destinos	4 850	0,0070 €
24 Roaming Zona 2	Todos os destinos	658	0,1400 €
28 Roaming Zona 3	Todos os destinos	88	0,2500 €
32 Resto do Mundo	Todos os destinos	46	0,3500 €

Roaming (MMS enviados e recebidas)			
Origem	Destino	Mensagens	Tarifa Máxima
21 Roaming Zona 1	Todos os destinos	1	0,1500 €
25 Roaming Zona 2	Todos os destinos	1	0,4000 €
29 Roaming Zona 3	Todos os destinos	1	0,5000 €
33 Resto do Mundo	Todos os destinos	1	0,6000 €

Dados			
Origem	Destino	Mbytes	Tarifa Máxima
34 Nacional	Internet	16 458 523 405	0,0004 €
35 Roaming Zona 1	Todas os destinos	165 134 636	0,0004 €
36 Roaming Zona 2	Todas os destinos	14 583	0,2500 €
37 Roaming Zona 3	Todas os destinos	512	0,2500 €
38 Resto do Mundo	Todas os destinos	1	0,5000 €

2. São excluídas todas as propostas cujos preços unitários sejam superiores aos preços unitários previstos no presente caderno de encargos.
3. O preço base foi estimado:
 - Considera-se a atribuição de telemóveis novos o que implica assumir um valor de consumo mínimo com a duração igual à do contrato a celebrar. Estima-se o valor com base na identificação das quantidades de equipamentos terminais multiplicado pelo consumo mínimo considerado;
 - Considera-se a atribuição de placas de banda larga novas o que implica um valor de consumo mínimo com a duração igual à do contrato a celebrar. Estima-se o valor com base na

identificação das quantidades de equipamentos terminais multiplicado pelo consumo mínimo considerado;

- Considera-se a ativação de números de cartão em telemóvel que não implicam a atribuição de equipamento terminal novo, pelo que os encargos a assumir apenas corresponderão aos consumos. Estima-se o valor dos consumos para o período de duração do contrato a celebrar, com base nos custos históricos, totais e unitários;

- Considera-se a ativação de números de cartão em placa de banda larga que não implicam a atribuição de equipamento terminal novo, pelo que os encargos a assumir apenas corresponderão aos consumos. Estima-se o valor dos consumos para o período de duração do contrato a celebrar, com base nos custos históricos, totais e unitários;

- Consideram-se as quantidades previstas de números de cartões a ativar e de equipamentos terminais a atribuir, de acordo com o Anexo A do presente Caderno de Encargos.

- Os preços unitários foram definidos com base no caderno de encargos do contrato anterior (22IN10000087).

4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às entidades adjudicantes, nomeadamente, despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato, incluindo em caso de renovação.

Cláusula 11.^a – Financiamento ao equipamento

1. Na aquisição de novos equipamentos de voz e dados são estabelecidos os financiamentos mínimos por cada perfil de consumo:

Tipo de equipamento terminal	Perfil	Consumo Mínimo	Financiamento mínimo ao equipamento
De voz e dados	Perfil 10	65,04 €	1.200,00
	Perfil 9	40,65 €	750,00
	Perfil 8	28,45 €	560,00
	Perfil 7	20,32 €	400,00
	Perfil 6	16,26 €	300,00
	Perfil 5	12,19 €	225,00
	Perfil 4	8,13 €	150,00

Tipo de equipamento terminal	Perfil	Consumo Mínimo	Financiamento mínimo ao equipamento
	Perfil 3	4,06 €	75,00
	Perfil 2	0,00 €	0,00
De dados	Perfil 1	4,06€	80,00

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelas entidades adjudicantes, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação dos serviços pelas entidades adjudicantes.
3. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, as entidades adjudicantes devem pagar ao adjudicatário o valor constante das faturas enviadas mensalmente após os serviços prestados, que incluirá todas as despesas inerentes à execução dos mesmos, sem exceções.
4. As faturas devem ser emitidas, transmitidas e rececionadas, conforme o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, com as demais alterações resultantes do Decreto-Lei 14-A/2020, de 7 de abril, conjugado com as disposições constantes da Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro.
5. A(s) Fatura(s) devem ser emitidas com os seguintes elementos:
 - a) Número de Contrato e número de compromisso;
 - b) Número de Nota de Encomenda, caso aplicável;
 - c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a(s) suporta(m);
 - d) Incidência do IVA, em separado;
 - e) Documentação de suporte, caso aplicável.
6. Em caso de discordância por parte das entidades adjudicantes quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. O não pagamento dos valores contestados pelas entidades adjudicantes não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, as entidades adjudicantes proceder ao pagamento da importância não contestada.

8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
9. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.
10. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro do prazo contratual e legalmente previsto, as entidades adjudicantes encontram-se sujeitas às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização do contrato

Cláusula 13.ª - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelas entidades adjudicantes.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III - Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

Cláusula 14.ª - Modificação objetiva do contrato

O contrato pode ser objeto de modificação objetiva nos termos previstos no artigo 312.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização das entidades adjudicantes.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As entidades adjudicantes devem pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cederá a sua posição contratual ao concorrente classificado pela ordem sequencial do presente procedimento pré-contratual, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato das entidades adjudicantes, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
6. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização das entidades adjudicantes, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª - Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as entidades adjudicantes podem exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços conforme estabelecido no presente caderno de encargos e seus anexos;
 - b) Quando os serviços prestados não cumpram as especificações técnicas estabelecidas no presente caderno de encargos e seus anexos em mais de 10%.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.

Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as entidades adjudicantes decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, as entidades adjudicantes podem exigir-lhe uma pena pecuniária.
4. Ao valor da pena pecuniária previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. As entidades adjudicantes podem compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adjudicantes exijam uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração dos contratos; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza as entidades adjudicantes a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 18.ª - Resolução do contrato por parte de cada entidade adjudicante

- 1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 2. Caso se verifique que o adjudicatário não afete à prestação do serviço, os recursos necessários e identificados na sua proposta, bem como não dê cumprimento aos prazos definidos no caderno de encargos, as entidades adjudicantes procederão à resolução imediata do contrato, sem obrigação de pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 19.ª - Resolução do contrato por parte do adjudicatário

- 1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.º - Execução da caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução, desde que o contrato a celebrar exija um pagamento de valor inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros).

CAPÍTULO IV - Disposições finais

Cláusula 21.ª - Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 22.ª - Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 23.ª - Reprodução de documentação

Nenhum documento ou dado a que o adjudicatário tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa das entidades adjudicantes, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

Cláusula 24.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.ª - Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas

Cláusula 27.ª - Especificações Técnicas

As características técnicas a ter em conta na execução dos serviços objeto do presente procedimento encontram-se descritas no Anexo A do presente caderno de encargos.

Cláusula 28.ª - Anexos

Fazem parte integrante do Caderno de Encargos:

- Anexo A - Especificações Técnicas.